

REUNIÃO DA CÂMARA

ORD.

EXT. X

N.º 21

29-10-2014

**ORDEM DO DIA:**

I

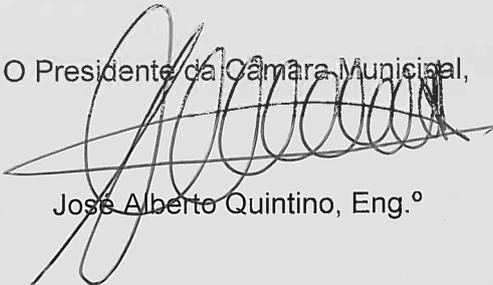
**ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA**

**GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL**

- 1.1 – Aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2015.
- 1.2 – Aprovação do Mapa de Pessoal para 2015.
- 1.3 – Recrutamento de trabalhador necessário à ocupação de um posto de trabalho previsto e não ocupado no Mapa de Pessoal – Carreira Geral – Técnico Superior (DAF) - Pedido de confirmação da autorização da Assembleia Municipal).

Sobral de Monte Agraço, 24 de outubro de 2014

O Presidente da Câmara Municipal,



José Alberto Quintino, Eng.º

## CONVOCATÓRIA

Nos termos e para os efeitos no disposto nas al. n) e o), do n.º 1, do art. 35.º, bem como, do disposto no art. 41.º, n.º 2, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, convoca-se V. Ex.ª para uma reunião extraordinária, a ter lugar na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Município, no dia 29 de outubro de 2014, pelas 18 horas, com a seguinte ordem do dia:

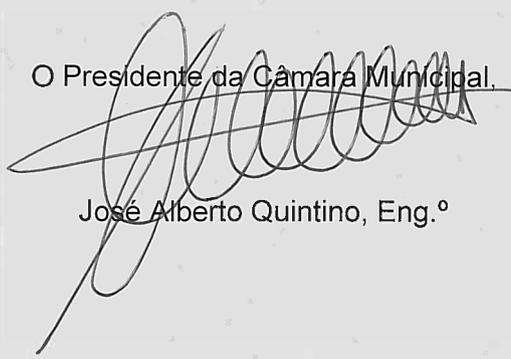
### ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

#### GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

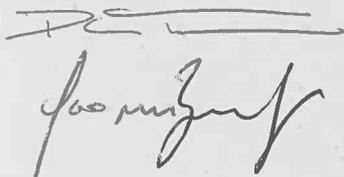
- 1.1 – Aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2015.
- 1.2 – Aprovação do Mapa de Pessoal para 2015.
- 1.3 – Recrutamento de trabalhador necessário à ocupação de um posto de trabalho previsto e não ocupado no Mapa de Pessoal – Carreira Geral – Técnico Superior (DAF) - Pedido de confirmação da autorização da Assembleia Municipal).

Sobral de Monte Agraço, 24 de outubro de 2014

O Presidente da Câmara Municipal.

  
José Alberto Quintino, Eng.º

Recebi.  
24/10/2014



Recebi  
24/10/2014



Recebi.  
24.10.2014  
Sergio Sobrinho

Ata n.º 21

**Ata da Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço  
Realizada no dia vinte e nove de outubro de dois mil e catorze**

Aos vinte e nove dias do mês de outubro e dois mil e catorze, nesta Vila de Sobral de Monte Agraço, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a reunião extraordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, sob a presidência do Presidente da Câmara Municipal, Senhor José Alberto Quintino da Silva, com as presenças dos Vereadores: Pedro Miguel da Silva Coelho dos Santos, Sérgio Paulo de Campos Bogalho, Joaquim Maria Reis Catarino Biancard Cruz e Ana Patrícia Duarte Vitorino. Também esteve presente Maria Manuela Paula de Castro, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, na qualidade de Secretário. \_\_\_\_\_

Pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a reunião quando eram dezoito horas e quinze minutos. \_\_\_\_\_

I

**ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA**

**UM. GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL** \_\_\_\_\_

**Um.um – Aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento de dois mil e quinze** \_\_

O Senhor Presidente apresentou a proposta que a seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

**“Proposta:** \_\_\_\_\_

**Grandes Opções do Plano e Orçamento de dois mil e quinze** \_\_\_\_\_

**Considerando que:** \_\_\_\_\_

- a) *Nos termos do disposto na alínea c), do número um, do artigo trigésimo terceiro da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, compete à Câmara Municipal elaborar e submeter a aprovação da Assembleia Municipal as grandes opções do plano e a proposta de orçamento;* \_\_\_\_\_
- b) *Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, nos termos do disposto na alínea a), do número um, do artigo vigésimo quinto do diploma supra referido;* \_\_\_\_\_
- c) *Foram elaborados os documentos referentes às Grandes Opções do Plano e Orçamento, para o ano de dois mil e quinze, conforme documentos anexos à presente proposta, da qual fazem parte integrante para os devidos e legais efeitos.* \_\_\_\_\_

**Propõe-se que:** \_\_\_\_\_

*Um - A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, aprove as Grandes Opções do Plano, para o ano de dois mil e quinze, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c), do número um, do artigo trigésimo terceiro da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze*



de setembro. \_\_\_\_\_

Dois - A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, aprove o Orçamento, para o ano de dois mil e quinze, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c), do número um, do artigo trigésimo terceiro da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. \_\_\_\_

Três - A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, delibere submeter a aprovação da Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c), do número um, do artigo vigésimo quinto da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, as Grandes Opções do Plano e Orçamento, para o ano de dois mil e quinze, do Município de Sobral de Monte Agraço. \_\_\_\_\_

Sobral de Monte Agraço, vinte e quatro de outubro de dois mil e catorze \_\_\_\_\_

O Presidente da Câmara Municipal, assinado, José Alberto Quintino, Engenheiro” \_\_\_\_\_

O Senhor Presidente começou por referir que os documentos apresentados tinham sido elaborados num contexto bastante adverso, em que se continua a verificar um crescendo da diminuição das transferências financeiras para as Autarquias Locais. Este facto, aliado à diminuição das receitas próprias leva a que os documentos apresentados sejam os possíveis e não os desejados referindo que, naturalmente, gostaria de apresentar outros valores e outros investimentos. Disse que, desde há uns anos a esta parte, se refere, aquando da elaboração dos documentos previsionais, que “este ano, em termos financeiros, é muito mau” mas, de facto, de ano para ano, as condições financeiras, têm vindo sempre a piorar. Referiu que os constrangimentos financeiros e as medidas de austeridade impostas pelo Governo para redução da despesa pública, nomeadamente, através da redução do número de trabalhadores, da redução das receitas municipais, do aumento da taxa do IVA a pagar pelas Autarquias, da retenção do IMI, da criação do FAM, entre outros, limitam a ação financeira das Autarquias. Neste sentido, referiu que todos os constrangimentos financeiros a somar à diminuição de receitas devido à crise, leva à elaboração de um orçamento com diminuta margem de ação. Salientou que, no âmbito das restrições e cortes efetuados pelo Estado, a Autarquia perdeu cerca de um vírgula cinco milhões de euros. \_\_\_\_\_

Continuando a sua intervenção, disse que apesar da política de contenção, o Executivo ia cumprir o que havia sido prometido à população, designadamente continuando a apoiar as famílias mais frágeis e expostas à crise. Neste sentido, disse que foi entendimento da Câmara Municipal não aumentar os impostos municipais, assim como dar continuidade à aplicação das tarifas sociais e familiares e dos preços sociais praticados na piscina municipal e no cineteatro. No que concerne aos documentos apresentados, salientou várias obras, projetos e serviços que têm um grande peso no orçamento autárquico, nomeadamente, a construção do Edifício Municipal Multisserviços, uma aposta extremamente importante para o Concelho, mas que terá o seu maior impacto financeiro em dois mil e quinze, fazendo votos de que o financiamento através de overbooking seja uma realidade, pois o atual espaço que o Município utiliza para as



diversas iniciativas – Pavilhão do Soeirinho – já não responde às nossas necessidades; a conclusão da Casa Mortuária e do espaço envolvente – Parque de Apoio à Avenida Marquês de Pombal; a continuação da aposta na Educação, uma área prioritária que também tem um peso considerável no orçamento (transportes escolares, auxiliares, manutenção de edifícios escolares e refeições); a previsão financeira a transferir para as freguesias e para as Associações do Concelho; a construção de um centro de educação ambiental no Forte de Alqueidão; a lavagem regular dos contentores do lixo e a sua substituição; o fornecimento de água e recolha de RSU's, serviços que também têm um peso significativo nos documentos financeiros apresentados; a substituição da iluminação pública por lâmpadas LED (que já começou a ser efetuado na Avenida Linhas de Torres e na Praceta 25 de Abril); a Revisão do PDM, um procedimento fundamental para o desenvolvimento do território mas que também carece de um grande investimento financeiro; a continuação da aposta numa programação cultural, referindo que não será possível atingir os níveis de oferta de outros anos; a continuidade do Projeto Multifuncional (Sobral Artes), designadamente, através de aulas de teatro, dança e música, aliás, projeto que já se encontra em curso na antiga escola primária João Luíz de Moura, com as aulas de dança de sevilhanas, projeto que conta com a parceria da Junta de Freguesia de Santo Quintino; a construção de um Parque Desportivo Radical, sendo que já foram solicitados alguns orçamentos para o efeito; a continuação da promoção das Linhas Torres, estando a ser equacionadas parcerias, a fim de constituir pacotes turísticos, pois o Concelho possui uma vasta paisagem e uma conceituada ruralidade e gastronomia; a continuação do apoio e manutenção dos protocolos com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários e Juntas de Freguesia, salientando a proximidade que estas instituições têm junto da população e a continuação do apoio ao movimento associativo. \_\_\_\_\_

Continuando a sua intervenção, salientou a atividade das Piscinas Municipais, infraestrutura que também tem um grande peso no orçamento autárquico, quer com os custos com o gás, água e eletricidade, assim como com os monitores. Referiu que antes da extinção da empresa existia um processo, em fase de conclusão, para aquisição de painéis solares de forma a reduzir a despesa com o gás, mas face à nova realidade das empresas municipais ficou sem efeito. Muito gostaríamos que em dois mil e quinze fosse possível a aquisição dos painéis, na expectativa de, a breve prazo, se refletir uma redução dos custos com aquisição do gás. Relativamente à Piscina salientou, ainda, a continuação do programa de adaptação ao meio aquático, que permite a todas as crianças em idade pré-escolar a prática de natação, sendo este mais um modo de apoiar as famílias do Concelho. Finalmente, disse que a Autarquia continuará empenhada em melhorar a qualidade de vida da população. \_\_\_\_\_

O Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos solicitou a palavra para questionar qual tinha sido a metodologia seguida para a elaboração dos documentos apresentados. Na sua opinião,



disse que os valores de algumas receitas pareciam muito otimistas. \_\_\_\_\_

Com a anuência do Senhor Presidente, a Doutora Manuela Castro informou que as previsões da receita respeitam as especificações do POCAL e as previsões do Orçamento de Estado para dois mil e quinze. Salientou que não era prática adotada no Município o empolamento das receitas, sendo que nos últimos anos tem sido uma constante uma taxa de execução superior a oitenta e cinco por cento. \_\_\_\_\_

O Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos agradeceu as explicações prestadas pela Doutora Manuela Castro, referindo que uma taxa de execução de receita de oitenta e cinco por cento era de valorizar, contudo, subsistia, ainda assim a dúvida, a partir de que momento se poderá considerar que existe empolamento. Referiu que deste fator poderá advir outro tipo de consequência, pois ao chegar ao fim do exercício a execução da despesa pode ficar aquém do desejado, não se concretizando alguns projetos por falta de verba. \_\_\_\_\_

Continuando a sua intervenção, o Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos, manifestou o seu agrado com a construção do Parque Desportivo Radical, infraestrutura que vai ao encontro de alguns dos pedidos formulados anteriormente. Informou que se iria abster na votação da proposta apresentada, referindo que não podia votar contra porque o executivo tem toda a legitimidade para fazer as suas escolhas, sendo certo que cada um dos Vereadores sem pelouros apresentaria outros documentos que refletissem as suas opções. Disse concordar com o Senhor Presidente quando este referiu que no presente ano os documentos do Orçamento e Grandes Opções do Plano não eram os desejados por dificuldades financeiras e que cada ano tendia a ser pior que o anterior, pois, tem sido um facto a redução da capacidade financeira das Autarquias no último triénio. Disse que este ano havia sido criado o Fundo Apoio Municipal e que para o ano haveria de ser prevista qualquer outra forma de retenção financeira das transferências para as Autarquias, salientado que estas eram as opções que podíamos esperar do atual Governo. Disse, ainda, que faltava ao atual Governo alguma cultura democrática, pois transparece a ideia de que não há qualquer noção do que é uma Autarquia e das dificuldades da sua gestão. \_\_\_\_\_

Referiu, ainda, que outro fator que justificava a sua abstenção se prendia com algumas das opções adotadas. Sendo certo que existem pontos que separam o seu partido do partido em maioria no executivo, outros há que os une, ressaltando-se sempre os projetos e as ações que visem o desenvolvimento do Concelho. Assim, disse concordar com a construção do Edifício Municipal Multisserviços, com a aposta na educação – reconhecendo-se o impacto financeiro que esta aposta acarreta – e com a construção do Parque Desportivo Radical. Por outro lado, disse que também não podia votar a favor, pois embora o documento estivesse bem elaborado tecnicamente, e havia que reconhecer o trabalho dos serviços na sua elaboração, na sua opinião, os documentos eram muito otimistas no que se refere à receita e não demonstram um esforço efetivo para redução da dívida. Salientou que faltava dar respostas a algumas



questões e situações que acha essenciais, nomeadamente, ao analfabetismo na faixa etária de adultos, à requalificação de alguns espaços públicos, designadamente a Praceta das Bandorreiras e a zona do eucaliptal e ao desemprego. Mesmo reconhecendo que algumas destas matérias são competência da Administração Central, cabe à Câmara Municipal assumir uma maior pro-atividade. A este propósito deu como exemplo, a possibilidade de um maior esforço em dar a conhecer a informação relativa a ofertas de emprego, bem como, informação importante para as empresas do Concelho, nomeadamente através do GAE – Gabinete Apoio ao Empresário, bem como a promoção e realização de feiras de emprego onde as empresas possam dar a conhecer a sua atividade, para além da utilização de outras ferramentas que permitam auxiliar este setor, por exemplo, através da prática de preços diferenciados nos serviços públicos. \_\_\_\_\_

Continuando a sua intervenção, disse ter verificado, com alguma tristeza, que na área do apoio social o esforço era pouco significativo, sendo que, na sua opinião, esta era uma temática onde o Município deveria ir mais longe. A título de exemplo referiu a necessidade de uma intervenção urgente ao nível de algumas habitações de idosos mais carenciados. \_\_\_\_\_

Continuou dizendo que compreendia a opção de ter algumas rubricas com fraca dotação orçamental, situação que permitia aceder a eventuais financiamentos sem que houvesse necessidade de ser efetuada uma revisão orçamental. Salientou, ainda, mais dois motivos que teve em conta para o seu sentido de voto, nomeadamente, o facto de vários projetos já se arrastarem há algum tempo e a omissão dos compromissos assumidos em campanha eleitoral, designadamente, o centro de dia para idosos na Moita e a Creche na Sapataria. Disse que, provavelmente, o Senhor Presidente iria justificar a ausência destes projetos com a procura de parcerias para os mesmos, mas durante a campanha eleitoral os projetos tinham sido assumidos como concretizáveis a breve trecho, pelo que havia a obrigação de cumprir o prometido. Por fim, reiterou que o seu sentido de voto seria a abstenção, formulando votos de sucesso para o cumprimento do orçamento e grandes opções do plano para dois mil e quinze, facto que, face às dificuldades financeiras, não será um objetivo facilmente concretizável, todavia, é nos momentos de menor capacidade financeira que se conhecem as competências de um gestor. \_\_\_\_\_

O Senhor Presidente agradeceu a felicitação do Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos referindo que reconhecia a sua compreensão para a dificuldade dos momentos financeiros que se vivem. Disse que, provavelmente, os documentos não espelhavam de forma clara a diminuição da dívida mas que esta diminuição era um facto, pois a dívida com a Águas do Oeste tem vindo a ser reduzida paulatinamente e que não enjeitava a ideia de voltar a fazer um novo acordo com a empresa em causa de modo a sanar a dívida existente. \_\_\_\_\_

No que diz respeito ao analfabetismo, disse que através do Clube Sénior existiam algumas iniciativas direcionadas para a minimização deste problema, dando como exemplo uma



experiência piloto que estava a decorrer na localidade de Moitelas. Informou que a construção do Parque Desportivo Radical e do circuito de manutenção, terão lugar junto ao eucaliptal, pelo que desta forma o espaço será requalificado. No que diz respeito à Praceta das Bandorreiras, disse que foi aprovada uma extensão da candidatura que possibilitou a intervenção naquele espaço, cuja previsão financeira já vem contemplada nos documentos apresentados. Em relação ao desemprego e às medidas de apoio, referiu que a Autarquia já tem implementados descontos no âmbito da ação social escolar, para além do apoio prestado através do GIP – Gabinete Inserção Profissional, espaço que funciona com a colaboração do Centro de Emprego de Torres Vedras. Referindo-se às habitações dos idosos disse que, em termos legais, a Autarquia estava impedida de proceder diretamente a qualquer intervenção, contudo, existia uma parceira com a Segurança Social para o efeito. \_\_\_\_\_

O Senhor Presidente salientou, ainda, que o projeto da creche da Sapataria está contemplado em orçamento e que estavam a ser equacionadas parcerias com outras entidades para que o espaço venha a ser uma realidade. No que diz respeito ao espaço de convívio para idosos, disse que este é um projeto da Junta de Freguesia de Sapataria. Por fim, disse que os compromissos assumidos em campanha podem ser executados durante o período do mandato, ou seja, ao longo de quatro anos. \_\_\_\_\_

A Senhora Vereadora Patrícia Vitorino, no âmbito da intervenção do Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos sobre o analfabetismo, disse que por momentos pensou que estava a ouvir o seu antecessor, o Senhor Reinaldo Fragoso. No que concerne a esta temática, disse que a taxa de analfabetismo tem vindo a diminuir ao longo dos anos (mil novecentos e noventa e um – catorze vírgula cinco por cento; dois mil e um – onze por cento e dois mil e onze – seis vírgula dois por cento). Assim, tendo em conta que o Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos entende que o poder local pode fazer algo mais, solicitou que o Senhor Vereador apresentasse propostas concretas. No que concerne aos gabinetes de inserção profissional e do empresário, disse que aquando da criação destes gabinetes foram visitadas as empresas do Concelho, dando conhecimento direto do funcionamento destas estruturas de apoio. Em termos de apoio social às famílias, referiu que estão espelhadas no orçamento várias rubricas transversais a este setor, nomeadamente, no que se refere aos transportes escolares, refeições escolares, ação social escolar, entre outros. No que diz respeito às requalificações das habitações, deu conhecimento da parceria existente com a Santa Casa da Misericórdia, nomeadamente, o Banco de Ajudas Técnicas, um programa que disponibiliza verba para efetuar alguns arranjos e meios para adaptar as habitações de pessoas que perderam a mobilidade, sendo este um modo de auxiliar nestes casos. Referindo-se aos projetos nas localidades de Moita e Sapataria, disse que o Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos já havia sido informado pelo Senhor Presidente sobre esta matéria, contudo, salientou que nunca tinha sido ocultado o facto de que seriam necessárias algumas parcerias para o efeito, tendo sido sempre esta mensagem



passada à população. Por fim e referindo-se a outra empreitada, também muito referida pelo Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos, nomeadamente, a Casa Mortuária, disse que o projeto continua em curso, estando em vias de concretização. \_\_\_\_\_

O Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos disse que a Senhora Vereadora Patricia Vitorino tinha tanta vontade em contrariar as suas palavras que nem ouvia o que ele queria dizer efetivamente. Disse que admirava o trabalho que a Senhora Vereadora dedicava à causa pública, mas o seu mundo não girava à volta do trabalho desenvolvido pela Senhora Vereadora. Referindo-se à Casa Mortuária disse que quando a empreitada estivesse concluída não teria qualquer problema em congratular a Autarquia pelo feito. Em termos das visitas às empresas do Concelho, disse que não quis dizer que nada foi feito, mas o que foi feito não era suficiente, devendo ser efetuada uma aposta maior. \_\_\_\_\_

O Senhor Vereador Joaquim Biancard Cruz, no âmbito da proposta apresentada, disse que algumas das questões que queria apresentar já haviam sido esclarecidas. Assim, apresentou a declaração de voto que a seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

**“DECLARAÇÃO DE VOTO** \_\_\_\_\_

O vereador da Coligação “Juntos Pela Nossa Terra” baseia o seu sentido de voto sobre Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2015 da seguinte forma: \_\_\_\_\_

• **Pressupostos** \_\_\_\_\_

1. Em primeiro lugar independentemente da discussão política do documento e suas opções a nossa consideração e manifesto apreço por todos os técnicos camarários que se envolveram na elaboração do mesmo documento, cuja a complexidade burocrática e legal é manifestamente exigente. \_\_\_\_\_
2. Estes documentos referem-se a um exercício em que as restrições decorrentes da conjuntura económica internacional e do próprio país não são favoráveis. Mas todavia, também a um exercício que conta com uma subvenção estatal de cerca de €200Mil. Relembra-se que as variações anteriores foram as seguintes: em 2012 -€158 Mil; em 2013 manteve-se a subvenção sem alteração; em 2014 -€84Mil. Será sempre preferível contar neste período de aprovação do Orçamento e GOP com os recursos afectos pelo Poder Central, em vez de cortes abruptos em pleno exercício de actividade como aconteceu com o ex Governo Socialista nas aplicações dos PEC. \_\_\_\_\_
3. Ninguém tem uma receita ou chave mestra que resolva assim tão facilmente os problemas com que o Poder Local se vê confrontado nos dias actuais. Mas também por ser verdade se deve referir que por algum motivo existem municípios com maior facilidade em se adaptar à conjuntura, outros com maior dificuldade e ainda outros em risco de rotura. Há alternativas para desenvolvimento de políticas poder local, que mesmo contando com fracos recursos, assentam na criatividade e parcerias com entidades terceiras do privado ou sector publico, \_\_\_\_\_



temos muitos e bons exemplos no nosso País, deste tipo de políticas. \_\_\_\_\_

- **Constatações/Perguntas?** \_\_\_\_\_
- **IMI** \_\_\_\_\_
  - Qual foi a receita de IMI este ano? Acréscimo do IMI (em 2014) é de 59.887 € - pelos valores previstos pelos próprios para 2015 é de mais 152.000 € \_\_\_\_\_
  - Contribuição para o FAM em 2015? É de 45.395 €, bem inferior aos acréscimos de receitas. E esta contribuição é durante um período de 7 anos perfazendo no total os €320mil. Em que o texto introdutório do Sr. Presidente dá quase a entender que se trata de um ónus único e global para o próximo exercício algo que não corresponde à verdade dos factos. \_\_\_\_\_
  - Para além disso, muitos imóveis também têm agora o fim das suas isenções. E nestes casos nem se aplica o mecanismo travão, passam a pagar o valor obtido e consequente acréscimo de receitas para o Município. \_\_\_\_\_
- Acordo entre o GOVERNO e ANMP (24 julho de 2013) \_\_\_\_\_

O aumento de receita do IMI nos anos de 2014 e 2015 será utilizado para efeitos de consolidação orçamental, sendo uma parte necessariamente alocada ao FAM. O Governo tem como objetivo que a restante parte desse aumento de receita do IMI nos anos de 2014 e 2015 possa ser utilizada numa solução de consolidação orçamental que possa apoiar a obtenção dos montantes da “comparticipação nacional” em projetos financiados por fundos comunitários do Quadro 2014-2020; \_\_\_\_\_

A própria ANMP reconhece que há um aumento de receita, sabendo-se desde já que quando terminarem todas as cláusulas de salvaguarda esse aumento ainda será maior/exponencial (“razão pela qual a ANMP assinou o acordo?”). \_\_\_\_\_

- **IRS** \_\_\_\_\_  
315.159 € - valor a receber em 2014? \_\_\_\_\_  
381.560 € (valor a receber em 2015) aumento de 66.401 € (10 vezes o valor da redução que tiveram o ano passado – foi sensivelmente 6.000 €) \_\_\_\_\_

Independentemente das dificuldades do municípios, pensar em abdicar de 1% da participação no IRS (estamos a falar de 63.000 €), não deixaria de ser uma medida simbólica, mas se bem divulgada, poderia contribuir para a atração de mais população para o nosso concelho. \_\_\_\_\_

- **Combate à sobre orçamentação:** \_\_\_\_\_

Com o objectivo de combater a prática de sobre orçamentação, acordado entre o Governo e a ANMP, fica previsto no OE2014 que a partir do próximo ano os municípios não poderão prever nos seus orçamentos receitas respeitantes à venda de bens imóveis em montante superior à média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de bens imóveis nos últimos 36 meses que precedem o mês da sua elaboração. \_\_\_\_\_



Como está a situação do município relativamente a esta situação? Mantem-se dentro dos níveis de endividamento? \_\_\_\_\_

• Finalmente, e numa opinião muito pessoal, o presente texto introdutório do Sr. Presidente não parece um texto de um jovem autarca que está a iniciar um projecto dinâmico e moderno para o Concelho, criando esperança à população, mas parece mais um texto de um autarca envelhecido e sem alento em final de mandato autárquico. \_\_\_\_\_

• **Propostas** \_\_\_\_\_

▪ Falta de uma política focalizada para captação do investimento no concelho e criação de mão-de-obra. Propõe-se o estudo de um parque industrial na zona entre Pero Negro e Sapataria devido a acessibilidade única que aquela região apresenta por força do acesso A8. Para este tipo de projecto o Executivo deverá encontrar parceiros no mercado e abrir o projecto à opinião pública concelhia. \_\_\_\_\_

▪ Relembramos a falta de políticas para o empreendedorismo nomeadamente devemos fomentar bons exemplos de políticas municipais que temos no país, exemplo concreto na camara municipal do Fundão, com muito pouco cabimento orçamental desenvolvem projectos de sucesso como Comércio Investe - Fundo de Modernização do Comércio; Centro de Formação Avançada; "SIM, Ideias para o Fundão", Criatividade e Empreendedorismo, entre outros. \_\_\_\_\_

▪ O turismo gastronómico, roteiro das aldeias históricas, turismo associado às linhas de torres e monumentos do concelho, deverão ser motivo de políticas mais atractivas que tomem partido da oportunidade da nossa proximidade geográfica ao grande aglomerado urbano do país – Grande Lisboa. \_\_\_\_\_

▪ A rotunda do Casal Cochim deverá ser motivo de uma requalificação adaptada ao tema das linhas de torres vedras, e devermos criar todos os esforços para isso, independentemente da responsabilidade directa do executivo. \_\_\_\_\_

▪ Revitalizar o mercado municipal com mais iniciativas temáticas de sazonalidades gastronómicas e agrícolas \_\_\_\_\_

▪ Criar incentivos para atrair famílias jovens e numerosas para o concelho. \_\_\_\_\_

▪ Criar uma rubrica afecta a orçamento participativo para a área social e dos mais desfavorecidos. \_\_\_\_\_

▪ Criar um Programa Municipal de Educação para a Saúde; \_\_\_\_\_

▪ Implementar e desenvolver o Plano Municipal de Prevenção Primária da Toxicodependência e Violência doméstica, em colaboração com as autoridades (GNR, Centro de Saúde e Escolas do Concelho); \_\_\_\_\_

▪ Apoiar o arrendamento a jovens casais com menos de 30 anos que residam no concelho; \_\_\_\_\_

▪ Criar em parceria com a comunidade educativa, estratégias municipais de combate ao abandono escolar, atualizar a Carta Educativa e reunir com mais regularidade o Conselho



Municipal Educação; \_\_\_\_\_

- Criar um Polo Técnico-profissional com cursos adequados à realidade do concelho que funcionará em colaboração com o Parque Empresarial para PME's e microempresas (marroquinaria, cutelaria, tauromaquia, ...); \_\_\_\_\_
- Fomentar e apoiar o Ensino da Música e do Teatro, dando vida às infra-estruturas existentes no concelho (CINE-TEATRO / AUDITÓRIO MUNICIPAL). \_\_\_\_\_
- Lutar junto das entidades competentes para se uniformizar o horário de iluminação pública no Concelho, promovendo a Segurança, e substituir a iluminação pública por lâmpadas de baixo consumo com notável impacto nos gastos anuais aqui previstos; \_\_\_\_\_
- Abolir a aplicação da derrama para todas as novas empresas que se fixem no concelho por um período mínimo de 15 anos e criar no mínimo 5 postos de trabalho; \_\_\_\_\_
- Permitir o envio electrónico da factura da água. \_\_\_\_\_
- Desenvolver programas de recuperação urbanística no nosso concelho (Património Urbanístico Municipal de interesse histórico, Recuperação de Habitações Abandonadas nas Aldeias e Lugares do nosso Concelho) - habitações destinadas a jovens casais em regime de arrendamento; \_\_\_\_\_
- Realizar feiras, mostras e festivais que dinamizem o turismo e o comércio local, como a criação de eventos do tipo Semana Gastronómica da Região do Oeste; \_\_\_\_\_
- Promover uma "Venda de Natal", para que os artesãos possam expor e comercializar os seus produtos; \_\_\_\_\_
- Conceber a marca e o logótipo SOBRAL para a promoção de produtos/serviços da terra (ex: Pão, Restaurantes, Carne e derivados...); \_\_\_\_\_
- Criar um Conselho Municipal de Colectividades. \_\_\_\_\_
- Entre outras iniciativas. \_\_\_\_\_

• **Conclusão** \_\_\_\_\_

Esta conclusão/constatação não pretende por em causa os aspectos positivos que se enumeram ao longo do Relatório de Gestão, muitos dos quais merecem total concordância, e têm vindo a ser discutidos em reuniões de Camara. Pretende-se no entanto constatar que diferentes visões, dinâmicas e perspectivas se traduzem em Políticas e Gestão diferenciadas, assim como algumas sugestões apontadas para uma melhoria da gestão do nosso Concelho. \_ Assim, porque a coerência das opções se deve traduzir na prática nos actos as nossas posições e compromissos referenciam opções diferentes na estratégia a seguir para o concelho, o vereador da coligação declara o seu voto desfavorável à aprovação Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2015. \_\_\_\_\_

O Vereador eleito pela Coligação "Juntos Pela Nossa Terra" \_\_\_\_\_

Joaquim Maria Biancard Cruz \_\_\_\_\_

Sobral de Monte Agraço, 29 de Outubro de 2014." \_\_\_\_\_



O Senhor Presidente, no âmbito da intervenção do Senhor Vereador Joaquim Biancard Cruz, começou por agradecer as palavras proferidas. No que diz respeito ao Fundo Apoio Municipal, disse que não concorda com a criação deste Fundo e com a forma como o mesmo é financiado, porque não deviam de ser os Municípios cumpridores a pagar as dívidas de outras Autarquias. A contribuição financeira imposta aos Municípios constitui um instrumento que agrava a situação financeira autárquica, pois não deixa de ser uma penalização com forte impacto na gestão municipal. Por outro lado, e à semelhança do que já havia sido referido, das palavras do Senhor Vereador retira-se a conclusão que é muito fácil ser oposição e, desta forma, apresentar um conjunto vasto de projetos a levar a efeito, que implicam avultadas despesas, e, simultaneamente uma redução de receitas através de uma redução de impostos. Todavia, e das palavras do Senhor Vereador não se consegue alcançar como se concretiza, na prática, a sua receita de fazer mais com menos. \_\_\_\_\_

O Senhor Vice – Presidente disse que os documentos apresentados espelham as opções políticas do executivo devidamente sufragadas pela população. Na sequência da intervenção do Senhor Vereador Joaquim Biancard Cruz e no que diz respeito à criação de uma marca e logótipo do Concelho para a promoção de produtos barra serviços da Terra, disse que o Sobral integra a marca do Oeste sendo esta a marca a defender. \_\_\_\_\_

Referiu que ainda haviam muitos projetos a ser concretizados, dos quais destacava para dois mil e quinze a revisão do PDM pelo impacto que trará a diversos níveis do desenvolvimento do Concelho. Referiu, ainda, que está a ser equacionada uma parceira com a ACIRO, nomeadamente, para formação de empresários, iniciativa que poderá de alguma forma fomentar o desenvolvimento do tecido empresarial local. Por fim, disse que tinha sido apresentado um conjunto de propostas que eram bem-vindas e que seriam devidamente analisadas. \_\_\_\_\_

O Senhor Presidente agradeceu, também, as várias propostas apresentadas pelo Senhor Vereador Joaquim Biancard Cruz referindo que eram válidas e seriam, oportunamente, objeto de apreciação. No que diz respeito à substituição da iluminação pública por lâmpadas LED, informou que existe uma candidatura, em termos de Oeste, cabendo ao Município o valor de, aproximadamente, trezentos mil euros. Mesmo reconhecendo a importância deste projeto, informou que a Câmara Municipal não teria capacidade financeira para suportar sem financiamento externo um investimento desta dimensão. Relembrou que a Avenida das Linhas de Torres já foi objeto de uma intervenção onde se substituíram as lâmpadas existentes por lâmpadas LED, sendo que de modo individual a Autarquia não tinha possibilidade de suportar o custo deste projeto. \_\_\_\_\_

O Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos disse ter ouvido com bastante atenção a troca de argumentos e, nomeadamente, a parte em que foi dito que era fácil ser oposição e apresentar propostas. Contudo, disse que se podia constatar, no período já decorrido do atual mandato,

uma sistemática rejeição das propostas apresentadas pela oposição, pelo que a situação devia de ser repensada. \_\_\_\_\_

O Senhor Presidente disse que a rejeição das propostas apresentadas pela oposição não era intencional, pois não estávamos, certamente, perante uma questão relacionada com a autoria das propostas mas sim perante uma questão de substancia das mesmas. \_\_\_\_\_

O Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos perguntou onde estava refletido no orçamento a verba para aquisição de um veículo para recolha de lixo, ao que o Senhor Presidente respondeu que a verba havia sido retirada devido ao facto de ter sido efetuada uma grande reparação no veículo propriedade da Autarquia, o qual, por enquanto, se encontrava em condições de utilização. \_\_\_\_\_

Por fim, o Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos, no âmbito do apoio que vem sendo prestado à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários e tendo em consideração que no próximo ano se antevê um acréscimo de despesa devido à necessidade de formação de alguns bombeiros decorrente da criação do PEM – Posto de Emergência Médica, um serviço que irá proporcionar uma melhoria na qualidade do apoio prestado à população, questionou se a Autarquia não podia equacionar suportar os custos com esta formação. \_\_\_\_\_

O Senhor Presidente, na sequência das palavras do Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos, disse que a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários, a concretizar-se o projeto referido, teria de afetar ao mesmo os bombeiros que já possuem a formação no âmbito do TAS - Tripulante de Ambulância de Socorro, sendo que a aposta em novas formações terá, no seu entender, que incidir nos bombeiros trabalhadores da Associação, atendendo a que a formação decorre ao longo de um período de cinco semanas, em horário laboral, não havendo muitas empresas disponíveis para dispensar os seus trabalhadores num tão largo espaço de tempo. \_\_\_\_\_

O Senhor Presidente agradeceu aos Senhores Vereadores as propostas e sugestões apresentadas e aos serviços intervenientes na elaboração dos documentos apresentados. \_\_\_\_

A Doutora Manuela Castro, em seu nome pessoal e da equipa que elaborou os documentos, agradeceu as palavras proferidas pelo Senhor Presidente. \_\_\_\_\_

**Deliberação:** A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por maioria, com um voto contra da Coligação “Juntos Pela Nossa Terra” e uma abstenção do PS, aprovar as Grandes Opções do Plano, para o ano de dois mil e quinze, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c), do número um, do artigo trigésimo terceiro da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. \_\_\_\_\_

Mais deliberou, por maioria, com um voto contra da Coligação “Juntos Pela Nossa Terra” e uma abstenção do PS, aprovar o Orçamento, para o ano de dois mil e quinze, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c), do número um, do artigo trigésimo terceiro da Lei setenta e



cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. \_\_\_\_\_

Deliberou, ainda, por unanimidade, submeter a aprovação da Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c), do número um, do artigo trigésimo terceiro e alínea a), do número um, do artigo vigésimo quinto da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, as Grandes Opções do Plano e Orçamento, para o ano de dois mil e quinze, do Município de Sobral de Monte Agraço. \_\_\_\_\_

**Um.dois – Mapa de Pessoal para dois mil e quinze (artigo vigésimo nono da Lei trinta e cinco barra dois mil e catorze, de vinte de junho)** \_\_\_\_\_

O Senhor Presidente apresentou a proposta que a seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

**“Proposta:** \_\_\_\_\_

**Mapa de Pessoal para dois mil e quinze (artigo vigésimo nono da Lei trinta e cinco barra dois mil e catorze, de vinte de junho)** \_\_\_\_\_

**Considerando que:** \_\_\_\_\_

- a) De acordo com o disposto no número quatro do artigo vigésimo nono da Lei trinta e cinco barra dois mil e catorze, de vinte de junho, “...o mapa de pessoal é aprovado pela entidade competente para a aprovação da proposta de orçamento, sendo afixado no órgão ou serviço e inserido em página eletrônica, assim devendo permanecer”; \_\_\_\_\_
- b) Nos termos do disposto na alínea c) do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à Assembleia Municipal as Grandes Opções do Plano e o Orçamento; \_\_\_\_\_
- c) Nos termos da alínea a) do número um, do artigo vigésimo quinto do diploma supra citado, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar as grandes opções do plano e orçamento; \_\_\_\_\_
- d) Nos termos do disposto na alínea o), do número um, do artigo vigésimo quinto da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar os mapas de pessoal dos serviços municipais; \_\_\_\_\_
- e) De acordo com o estipulado no artigo terceiro do Decreto Lei duzentos e nove barra dois mil e nove, de três de setembro, os Municípios dispõem de Mapas de Pessoal aprovados, mantidos ou alterados pela Assembleia Municipal (artigo terceiro, números um e dois, alínea a); \_\_\_\_\_
- f) Por força do disposto no artigo vigésimo oitavo da Lei trinta e cinco barra dois mil e catorze, de vinte de junho, em matéria de gestão de recursos humanos, “o empregador público deve planejar para cada exercício orçamental as atividades de natureza permanente ou temporária, tendo em consideração a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis”; \_\_\_\_\_

g) O Mapa de Pessoal desta Autarquia, a vigorar no ano de dois mil e quinze, deverá conter, de acordo com o exigido pelo artigo vigésimo nono da Lei trinta e cinco barra dois mil e catorze, de vinte de junho, "... a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respectivas atividades, caracterizados em função da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou executar ou do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam". \_\_\_\_\_

**Propõe-se que:**

Um - A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço delibere, de acordo com o disposto nos artigos vigésimo oitavo e vigésimo e nono da Lei número trinta e cinco barra dois mil e catorze, de vinte de junho, aprovar o Mapa de Pessoal do Município de Sobral de Monte Agraço que se anexa a presente proposta, da qual faz parte integrante para os devidos e legais efeitos. \_\_\_\_\_

Dois – A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço delibere submeter o Mapa de Pessoal à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no número quatro, do artigo vigésimo nono, da Lei trinta e cinco barra dois mil e catorze, de vinte de junho, conjugado com o disposto no número um e na alínea a) do número dois do artigo terceiro do Decreto – lei duzentos e nove barra dois mil e nove, de três de setembro, bem como, na alínea c), do número um, do artigo trigésimo terceiro e alínea a) e o), do número um, do artigo vigésimo quinto da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. \_\_\_\_\_

Três - A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço delibere, de acordo com o disposto no número quatro, do artigo vigésimo nono, da Lei trinta e cinco barra dois mil e catorze, de vinte de junho e artigo quinquagésimo sexto da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, promover a publicitação do Mapa de Pessoal através da sua afixação no edifício da Câmara Municipal (DAF) e inserção na página eletrônica do Município, assim devendo permanecer. \_\_\_\_\_

Sobral de Monte Agraço, vinte e quatro de outubro de dois mil e catorze \_\_\_\_\_

O Presidente da Câmara Municipal, assinado, José Alberto Quintino, Engenheiro" \_\_\_\_\_

**Deliberação:** A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, de acordo com o disposto nos artigos vigésimo oitavo e vigésimo e nono da Lei número trinta e cinco barra dois mil e catorze, de vinte de junho, aprovar o Mapa de Pessoal do Município de Sobral de Monte Agraço que se anexa a presente deliberação, da qual faz parte integrante para os devidos e legais efeitos. \_\_\_\_\_

Mais deliberou, por unanimidade, submeter o Mapa de Pessoal à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no número quatro, do artigo vigésimo nono, da Lei trinta e cinco barra dois mil e catorze, de vinte de junho, conjugado com o disposto no número um e na alínea a) do número dois do artigo terceiro do Decreto – lei duzentos e nove barra dois mil e nove, de três de setembro, bem como, na alínea c), do número um, do artigo trigésimo terceiro e alínea a) e o), do número um, do artigo vigésimo quinto da Lei setenta e cinco barra dois mil



e treze, de doze de setembro. \_\_\_\_\_

Deliberou, por unanimidade, de acordo com o disposto no número quatro, do artigo vigésimo nono, da Lei trinta e cinco barra dois mil e catorze, de vinte de junho e artigo quinquagésimo sexto da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, promover a publicitação do Mapa de Pessoal através da sua afixação no edifício da Câmara Municipal (DAF) e inserção na página eletrónica do Município, assim devendo permanecer. \_\_\_\_\_

**Um.três – Recrutamento de trabalhador necessário à ocupação de um posto de trabalho previsto e não ocupado no Mapa de Pessoal – Carreira Geral – Técnico Superior (DAF) – Pedido de confirmação da autorização da Assembleia Municipal** \_\_\_\_\_

O Senhor Presidente apresentou a proposta que a seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

**“Proposta:** \_\_\_\_\_

***Recrutamento de trabalhador necessário à ocupação de um posto de trabalho previsto e não ocupado no Mapa de Pessoal – Carreira Geral – Técnico Superior (DAF) - Pedido de confirmação da autorização da Assembleia Municipal)*** \_\_\_\_\_

***Considerando que:*** \_\_\_\_\_

- a) *Em dezassete de junho de dois mil e treze, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, solicitar autorização à Assembleia Municipal para recrutamento de diversos trabalhadores, de entre os quais um Técnico Superior para a Secção Financeira da Divisão Administrativa e Financeira do Município, documento um em anexo;* \_\_\_\_\_
- b) *Em vinte e um de junho de dois mil e treze, a Assembleia Municipal deliberou por, maioria, autorizar o recrutamento de diversos trabalhadores, de entre os quais um Técnico Superior para a Secção Financeira da Divisão Administrativa e Financeira do Município, documento dois em anexo;* \_\_\_\_\_
- c) *Por informação datada de vinte e quatro de outubro de dois mil e catorze, que aqui se dá por integralmente reproduzida para os devidos e legais efeitos, sob documento três, a Chefe de Divisão da DAF coloca à consideração superior que seja solicitada à Assembleia Municipal a confirmação de autorização de recrutamento de um Técnico Superior para a secção financeira – DAF em virtude de se manterem inalterados os pressupostos que estiveram na base do pedido efetuado em junho de dois mil e treze;* \_\_\_\_\_
- d) *Para efeitos do disposto nos números dois e três, do artigo sexagésimo quarto da Lei oitenta e três – C barra dois mil e treze (Lei Orçamento Estado para dois mil e catorze), dir-se-à que:* \_\_\_\_\_
- d.um) *O presente recrutamento mostra-se imprescindível para assegurar as obrigações de serviço publico: “Relativamente à DAF, importará referir que a equipa afeta aos serviços de contabilidade, finanças e contratação pública é constituída três assistentes técnicos e três técnicos superiores, estando um em regime de mobilidade interna na categoria (oriundo do Município de Lisboa) e um contratado a termo resolutivo incerto. Sucede que, as atividades*



a prosseguir no âmbito da Divisão, assumem caráter permanente, atendendo, por um lado, aos deveres de informação previstos na Lei das Finanças locais e aos mecanismos de gestão e controlo decorrentes da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso e, por outro lado, à necessidade de acompanhamento dos procedimentos concursais ao abrigo do CCP, quer os promovidos pela Autarquia, quer os promovidos pela CIM Oeste no âmbito dos acordos-quadro. \_\_\_\_\_

Assim..., e tendo presente disposto ... no art. 6.º da Lei 12-A/2008, de 27/02, designadamente o caráter permanente das atividades cometidas à DAF na área financeira (contabilidade, finanças e contratação pública), o recrutamento deste técnico superior assume caráter de imprescindibilidade para o normal funcionamento dos serviços e do cumprimento das obrigações a que o Município está obrigado.” – conforme documento três em anexo; \_\_\_\_\_

d.dois) Os encargos resultantes deste recrutamento estão devidamente previstos no orçamento de dois mil e catorze e constam da proposta de orçamento dois mil e quinze (conforme documento quatro em anexo). \_\_\_\_\_

**Propõe-se que:** \_\_\_\_\_

A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço delibere nos termos e para os efeitos dos números dois e três, do artigo sexagésimo quarto da Lei Orçamento Estado de dois mil e catorze, solicitar à Assembleia Municipal a confirmação da autorização de recrutamento vertida na deliberação de vinte e um de Junho de dois mil e treze, relativamente ao recrutamento de trabalhador necessário à ocupação de um posto de trabalho previsto e não ocupado no Mapa de Pessoal, Carreira Geral de Técnico Superior (DAF), por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado. \_\_\_\_\_

Sobral de Monte Agraço, vinte e quatro de outubro de dois mil e catorze \_\_\_\_\_

O Presidente da Câmara Municipal, assinado, José Alberto Quintino, Engenheiro” \_\_\_\_\_

Com a anuência do Senhor Presidente, a Doutora Manuela Castro referiu que o serviço de contabilidade se encontra cada vez mais reduzido, quer pelas imposições das sucessivas leis do Orçamento de Estado, quer pelo término da mobilidade do Técnico Superior da Câmara de Lisboa que durante dois anos exerceu funções na Autarquia. Informou que, no momento, o serviço é composto por dois assistentes técnicos e dois técnicos superiores, sendo que um destes se encontra contratado a termo resolutivo incerto. Deu conta da existência de uma autorização da Assembleia de Municipal, datada de vinte e um de Junho de dois mil e treze, para que junto da DGAL fosse instruído competente pedido de autorização para recrutamento de trabalhador para o posto de trabalho identificado na presente proposta, atendendo que à data, o Município se encontrava numa situação de excesso de endividamento, sendo necessária autorização do Ministro da Tutela. Apesar de terem sido facultados todos os dados solicitados pela DGAL, certo é que, não foi rececionada qualquer resposta, desconhecendo-se

o paradeiro do processo. Informou, ainda, que no presente ano, não se encontrando o Município em excesso quanto ao limite do endividamento e tendo em conta que se encontra cumprido o rácio de redução de trabalhadores, deixou de se verificar a necessidade de autorização do Ministro. Assim, a proposta apresentada apenas visa a confirmação da autorização por parte da Assembleia Municipal para recrutamento de um trabalhador necessário à ocupação de um posto de trabalho previsto e não ocupado no Mapa de Pessoal, Carreira Geral de Técnico Superior (DAF), por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado. \_\_\_\_\_

O Senhor Presidente informou que o procedimento em causa não acarretava o aumento de despesa, nem o aumento do número de trabalhadores, porquanto com a outorga do contrato resultante deste procedimento ocorrerá a cessação do contrato a termo incerto em vigor. \_\_\_\_\_

O Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos disse que concordava com procedimento e que de facto a legislação em vigor implicava o cumprimento de um conjunto de requisitos condicionantes da gestão de recursos humanos. Para além da presente situação e na sua opinião, deviam também de ser equacionadas outras situações existentes, nomeadamente, no que diz respeito à falta de funcionários afetos ao serviço de fiscalização. \_\_\_\_\_

**Deliberação:** A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, nos termos e para os efeitos dos números dois e três, do artigo sexagésimo quarto da Lei Orçamento Estado de dois mil e catorze, solicitar à Assembleia Municipal a confirmação da autorização de recrutamento vertida na deliberação de vinte e um de Junho de dois mil e treze, relativamente ao recrutamento de trabalhador necessário à ocupação de um posto de trabalho previsto e não ocupado no Mapa de Pessoal, Carreira Geral de Técnico Superior (DAF), por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado. \_\_\_\_\_

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata sob a forma de minuta nos precisos termos do disposto no número um, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, com vista à sua executividade imediata. \_\_\_\_\_

E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu como encerrada a reunião quando eram vinte horas e quarenta e cinco minutos, para constar se lavrou a presente ata e eu Maria Manuela Paula de Castro redigi e vou assinar junto do Senhor Presidente. \_\_\_\_\_

O Presidente da Câmara: \_\_\_\_\_



O Secretário: \_\_\_\_\_

